

De:
Para: [Comissão 7ª - CAPes XVI](#)
Assunto: Pedido de audiência Movimento Cívico de Agricultores
Data: 8 de maio de 2024 13:17:20
Anexos: [pr-movimentocivicoagricultores8524.pdf](#)

Vimos por este meio, solicitar à Ex.ª Senhora Presidente da Comissão da Agricultura e Pescas uma audiência, devido à grave situação que atravessa o sector Agrícola.

Em anexo segue o documento onde constam as nossas reivindicações.

Agradecendo desde já a vossa atenção,

Ana Rita Bivar

--



Ana Rita Bivar

Presidente do MCA

T

E W <https://movimentocivicodeagricultores.pt>

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE

Esta mensagem de correio electrónico e qualquer dos seus ficheiros anexos, caso existam, são confidenciais e destinados apenas à (s) pessoa(s) ou entidade(s) acima referida(s), podendo conter informação confidencial, privilegiada, a qual não deverá ser divulgada, copiada, gravada ou distribuída nos termos da lei vigente. Se não é o destinatário da mensagem, ou se ela lhe foi enviada por engano, agradecemos que não faça uso ou divulgação da mesma. A distribuição ou utilização da informação nela contida é VEDADA. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor avise-nos de imediato, por correio electrónico, para o endereço acima e apague este e-mail do seu sistema. Obrigado.

CONFIDENTIALITY NOTICE

This e-mail transmission and eventual attached files are intended only for the use of the individual or entity named above and may contain information that is confidential, privileged and exempt from disclosure under applicable law. If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any disclosure, copying, distribution or use of any of the information contained in this transmission is strictly VOIDED. If you have received this transmission in

error, please notify us immediately by e-mail at the above address and delete this e-mail from your system. Thank you.



PROPOSTAS PARA A AGRICULTURA PORTUGUESA POR AGRICULTORES PORTUGUESES

Quem somos

O Movimento Cívico de Agricultores (MCA) ergue-se como uma força apartidária, acolhendo e unindo produtores de todas as escalas e quadrantes sociais na luta pela dignificação e defesa do sector Agrícola e do Interior.

Este movimento orgânico, nascido dos protestos do dia 1 de Fevereiro, surge como um farol de esperança, comprometido em representar integralmente os interesses dos agricultores portugueses diante dos desafios que hoje enfrentam, a nível Nacional e Europeu.

Nesta jornada a verticalidade, a integridade, a transparência, a honestidade e a ética são os pilares sobre o quais nos erguemos, determinados a assegurar que a voz daqueles que trabalham a terra, e tantas vezes esquecidos e ignorados, seja ouvida e respeitada em todas as instâncias de decisão que ao campo, às florestas e ao interior diga respeito.

Contexto do sector e da associação

O actual cenário geopolítico-social mundial – guerras, catástrofes naturais, alterações dos padrões climáticos, *wokismo* e pseudo ambientalismo - é preocupante e deveras adverso à manutenção da agricultura na Europa tal como a conhecemos.

Em Portugal, nos últimos 8 anos tivemos um Governo Socialista que se pugnou pela completa desarticulação do Ministério da Agricultura, cujo reflexo final foi a extinção das DRAPs e dispersão do seu corpo técnico, com o fim da presença territorial de um saber fazer que importava para quem deles dependia. Ao nível Europeu constata-se a invasão regulatória sobre o sector agrícola com exigências administrativas cada vez maiores e mais invasivas da capacidade de gestão do agricultor. Se por um lado os envelopes financeiros são cada vez menores por outro a capacidade de competição à escala global é seriamente ameaçada pelos crescentes condicionalismos políticos, económicos e regulatórios.

O sector Agrícola apresenta-se actualmente bastante envelhecido, sem capacidade para atrair talento e conhecimento às explorações agrícolas. Com a honrosa excepção dos fundos patrimoniais que permitem a instalação de grandes projectos agro-industriais, constata-se que o sector está seriamente descapitalizado fruto de uma política fiscal e de um ambiente regulatório adverso.

Consideramos imprescindível capacitar o sector agrícola em toda a sua extensão económico-social-ambiental. Dos produtores aos prestadores de serviços, sem esquecer a agro-indústria, urge implementar medidas concretas que defendam os interesses de Portugal e dos Portugueses em tempos de crise, de escassez, de especulação e de inflação, numa óptica de integração da fileira na comunidade europeia em defesa da soberania colectiva e protecção ao bem-estar social e ambiental.

Este documento foi coligido a partir das contribuições de agricultores representativos de todas as dimensões de Norte a Sul e Ilhas do país, por isso expressa um conhecimento profundo, real e desinteressado dos verdadeiros problemas do sector agrícola em Portugal. É anseio de todos nós que estas medidas avancem o mais brevemente possível, para que o sector se possa reerguer e os agricultores se possam dedicar com estabilidade e confiança ao seu trabalho.

O sector Agrícola não pode continuar à mercê de ideologias políticas fundamentalistas e interesses económicos alheios ao seu fim. A Agricultura é pilar da Soberania de uma nação. Os Agricultores são o garante que, em tempo de paz, guerra ou calamidade, a comida chegará à mesa de todos os portugueses.

As reivindicações

As reivindicações apresentadas neste documento, e abaixo elencadas, reflectem a urgência de uma revisão profunda do sector que garanta o futuro da actividade, a soberania alimentar, a defesa da propriedade privada, a defesa dos recursos naturais como um Bem Comum de todos, o Direito Universal a uma alimentação adequada, a dignidade humana e profissional dos Agricultores, o direito a prosperar na nossa actividade e o direito inalienável à Liberdade.

O escrutínio

O Movimento Cívico de Agricultores por considerar que as medidas tomadas e as negociações que ora decorrem são insuficientes perante os desafios actuais, compromete-se a avaliar trimestralmente a implementação das medidas apresentadas e disponibiliza-se para discutir soluções para todos os problemas que lhe sejam colocados em colaboração estreita com todos os agentes e entidades públicas, tudo para que juntos possamos construir um sector Agrícola e um Interior mais forte e com futuro em Portugal.

A valorização do sector agrícola e dos produtos portugueses é de extrema importância e é por ela que estamos e vamos continuar-unidos! Estaremos atentos.

As reivindicações por áreas de actuação

O presente caderno de reivindicações foi organizado em função da área de actuação principal da mesma, visto que muitas haverão que pelos seus efeitos transversais terão influência em diversas áreas.

Considerámos assim pertinente reflectir na nossa lista aquelas que poderão ser medidas de instrumentos de regulação de uma política agrícola que vise os objectivos do MCA.

As medidas foram organizadas em 6 capítulos. A **Fiscalidade** apresenta todas as reivindicações relacionadas com as taxas e taxinhas que infestam a nossa actividade. A **Competitividade** tem as medidas que procuram assegurar que à Agricultura Europeia não lhe suceda o mesmo que à Indústria. A **Dignificação Individual e da profissão** decorre da necessidade que o Agricultor sente em fazer passar a sua perspectiva a quem dele depende e que tantas vezes ignora o quão dependentes estão de um sector que suporta toda uma economia. A **Burocracia** apresenta as propostas do MCA para a simplificação administrativa aos processos legais nos quais a Agricultura se vê envolvida e para os quais é urgente assegurar a sua celeridade, eficiência e equidade. A **renegociação do PEPAC** contém as medidas que gostaríamos de ver defendidas pelo nosso Governo junto das instâncias Europeias para que possamos ter uma Agricultura digna e competitiva a nível mundial e o respeito de quem quer o melhor Ambiente no seu entorno.

Fiscalidade

Propomos uma série de medidas fiscais que visam o fortalecimento e a sustentabilidade do setor agrícola, essenciais para a manutenção dos territórios rurais e para a garantia da soberania alimentar e do **direito humano à alimentação adequada**. Entre as principais medidas destacam-se, a isenção de taxas para a captação de águas subterrâneas em propriedades privadas, os benefícios fiscais para empresas contratantes, incluindo a redução da taxa de contribuições para a segurança social, e medidas para aumentar os salários dos trabalhadores rurais. Propõe-se também a revisão das taxas de IRS e IRC para os empresários agrícolas, isenção total ou revisão dos impostos sobre o gasóleo agrícola, e redução do IVA para equipamentos e insumos agrícolas. Além disso, sugere-se uma política fiscal diferenciada para produtos nacionais e importados, a criação da 'Gasolina Verde' para maquinário agrícola, e isenções fiscais sobre ajudas à produção e para jovens agricultores. Estas medidas visam reduzir os custos operacionais e promover um ambiente mais atractivo para a fixação de famílias nas áreas rurais, além de ajustar a tributação dos veículos usados na agricultura e isentar as instalações agrícolas da taxa audiovisual.

- Refutamos de forma clara e veemente toda e qualquer taxação de águas subterrâneas, captadas por furos ou minas feitas pelo agricultor dentro da sua propriedade privada.
- Isenção de taxas de licenciamento das captações de água

- Benefícios fiscais para empresas contratantes, nomeadamente a redução da TSU para 12% com vista a aumentar o vencimento dos colaboradores, tornando o trabalho mais atractivo com o fim de fixar famílias nas zonas rurais.
- Desobrigação do trabalhador declarar os valores auferidos em sede de IRS.
- Revisão da taxa de IRS e IRC para os empresários agrícolas, de forma a permitir alguma oxigenação da tesouraria.
- Isenção total do SIV e IVA no gasóleo agrícola, ou pelo menos Revisão do preço do gasóleo através da redução do ISP, proporcional ao CO₂ sequestrado.
- Redução do valor do IVA para 6% em todos os factores de produção e equipamentos agrícolas.
- Isenção do valor do IVA , rações, fertilizantes, fitofármacos e sementes de forma a mitigar a inflação.
- A recuperação do IVA deve ser mais abrangente, permitindo recuperar o IVA das despesas de veículos de transporte pessoal com mais de 3 lugares, repondo a categoria de veículos mistos. Os agricultores e seus trabalhadores não vão para o local de trabalho, nem de metro, nem de autocarro, nem em veículos de turismo. A tributação autónoma destes veículos deve ser eliminada desde logo. Esta medida é fácil de implementar através do CAE das actividades do sector, sendo destinado à produção e nunca para o comércio e transformação.
- Redução do IVA para produtos nacionais para 4% e aumento do IVA para produtos importados fora da UE para 12%.
- Criação da Gasolina Verde. As máquinas como roçadoras, motosserras, motocultivadores etc, essenciais ao trabalho agrícola são movidas a gasolina, pelo que é imprescindível a criação deste combustível como forma de controlar os custos de produção.
- Possibilidade de veículos ligeiros de passageiros e pesados de mercadorias exclusivamente afectos à actividade agrícola, como camiões de transporte de gado, carrinhas de transporte de pessoal, usarem gasóleo agrícola.
- Fim da taxação das ajudas. Ajudas à produção não serem contempladas nos rendimentos do agricultor, ficando isentas de impostos, tal como acontece noutros países pertencentes à UE.
- O prémio ao jovem agricultor, embora seja recebido de uma vez só e no prazo de um ano, possa ser declarado como um rendimento diferido do agricultor pelo menos pelo tempo de compromisso obrigatório de permanência de actividade (5 anos), ou preferencialmente em período igual à amortização dos investimentos. Evita-se com isso, a injusta tributação de IRS logo no primeiro ano de investimento, quando normalmente ainda não há sequer colheita nem rendimentos. Em alternativa pugnar-se pela redução do IRS/IRC, para jovens agricultores com projecto de investimento aprovado, nos primeiros 5 anos.

- Retomar o programa/regime da Electricidade Verde para explorações e centrais de frio
- Isenção de taxa audiovisual nos contadores de electricidade de instalações agrícolas sem área social.

Competitividade

- Regulação e fiscalização dos produtos importados fora da UE. Aplicação de taxa de pegada ecológica.
- Criação de um sistema simples de indexação de custos de mão de obra à produção por forma a garantir que no final, qualquer lucro que venha a ser taxado seja real.
- Protecção contra práticas comerciais desleais, tal como *dumping* de produtos agrícolas estrangeiros a preços abaixo do custo de produção.
- Criação de linhas de crédito para apoio ao investimento. Criação de linhas de crédito com condições adequadas-juros, períodos de carência e mecanismos de garantia.
- Definir medidas para combater a falta de mão de obra.
- Plano de formação de mão de obra qualificada em parceria com IEFP (podadores, enxertadores, manobradores de máquinas agrícolas etc...). Dinamização de pólos de formação descentralizados, que permitam ao agricultor frequentar essas formações.

Dignificação Individual e da profissão

- Reforma antecipada aos 60 anos, por profissão de desgaste rápido. O trabalho do campo exige um grande esforço físico em condições muito adversas, como a chuva, o frio, calor, exposição UV, entre outros factores e todos os perigos e desgaste, manipulação de produtos químicos, manejo de gado, esforços físicos e manejo de máquinas agrícolas pesadas.
- Implementar a obrigação dos hipermercados terem "Certificado de Comércio Justo", pelo menos nos produtos tabelados a 6%, onde se encontram os nossos produtos agrícolas e de pesca.
- Criar um mecanismo mais transparente da relação do Preço de Venda ao Público e o preço à produção com informação do preço de produção médio ao consumidor. A produção tem pouco conhecimento dos custos de transformação e comércio e por sua vez, os transformadores e comerciantes têm pouco conhecimento dos custos e riscos de produção.
- Associações e Confederações com financiamento a partir do agricultor e não do IFAP, sendo que cada agricultor se associa facultativamente e beneficia da ajuda dos mesmos nos contratos e acordos que estes conseguem para a venda de produtos nacionais. Assim, legitima-se a representatividade das Associações e Confederações, deixando ao agricultor a liberdade de escolha.

- Refazer a ligação entre o Campo e a Cidade, que se encontra desfeita, mal compreendida e num mau momento. Os agricultores são guardiães da terra, os pilares sobre os quais repousa a segurança alimentar e o bem estar e saúde de uma sociedade. Diariamente, enfrentam desafios diversos, desde as incertezas climáticas até à pressão económica, demonstrando uma resiliência notável e um compromisso inabalável com a terra que cultivam. A sua dedicação incansável é a força motriz por detrás de cada colheita, de cada alimento que chega às nossas mesas. Eles são os verdadeiros heróis invisíveis, cujo trabalho muitas vezes passa despercebido, mas cujo impacto é profundamente sentido em cada aspecto das nossas vidas.
- Criar condições para que os jovens possam viver da agricultura e possam escolher viver com a sua família nas zonas rurais, criando condições de habitação mais baratas, benefícios fiscais e incentivos atractivos. O futuro da nossa Soberania Alimentar, da manutenção do nosso mosaico paisagístico/agrícola, das nossas raças autóctones, da nossa identidade e cultura está dependente do que se fizer hoje para salvar a agricultura e os agricultores deste ataque concertado em nome de uma Agenda ideológica, que pretende implementar uma "Nova Agricultura" sem agricultores, nas mãos de fundos de investimento , que põem em causa a nossa Soberania Nacional.
- Integração de conteúdos ligados à Agricultura nos currículos escolares do Ensino Básico e Secundário e visitas de estudo que promovam o conhecimento da origem dos alimentos.
- Promoção de uma Feira Agrícola Nacional em todas as capitais de distrito impulsionando o contacto das crianças com a agricultura.
- Publicidade institucional sobre a agricultura nacional a passar duas vezes em horário nobre nos canais de televisão e execução da mesma publicidade no Facebook e Instagram (medida financiada pela PAC)
- Requalificar e disponibilizar edifícios do Estado para alojamento de mão de obra sazonal.
- Criação do Dia Nacional do Agricultor, dia 1 de Fevereiro
- Criação e reconhecimento do Estatuto do Agricultor ou da Ordem dos Agricultores

Sustentabilidade e ambiente

- Incentivar o arrendamento de longa duração das terras agrícolas abandonadas, com isenção do imposto municipal, taxas de IRS iguais aos benefícios da habitação de longa duração. Com esta medida, haveria mais terras cultivadas, menos risco de incêndios e maior incremento da economia nacional.
- Taxar lucros excessivos da cadeia de distribuição e revertê-los para a produção. Criação de um modelo regulado que assegure uma adequada distribuição dos lucros gerados ao longo

das diferentes fileiras- os alimentos têm de ser valorizados e quem produz tem de ser pago adequadamente, de forma a garantir a sustentabilidade da sua exploração.

- Promover os produtos nacionais através de campanhas governamentais, permitindo a sua divulgação pelo público em geral.
- Obrigatoriedade da informação ao consumidor da pegada ecológica (transporte) de todos os alimentos agrícolas importados.
- Estudo anual da inflação nos alimentos nacionais e divulgação ao agricultor de modo a que não se venda abaixo do preço de custo da produção.
- Lei que reconheça os Agricultores como guardiães da Natureza (à semelhança de Itália).
- Exigimos o restabelecimento do Ministério da Agricultura com plenitude de funções e de meios, não subserviente de outros ministérios e com a missão de trabalhar verdadeiramente em prol do estímulo e defesa da agricultura nacional. Esta exigência é extensível a todas as dependências do Ministério da Agricultura.
- Ajuda Nacional à Agricultura proveniente do orçamento de Estado- Nova medida de comprometimento nacional para a viabilidade agrícola em Portugal, medida de carácter permanente com o fundamento de combate aos custos de produção, guerra, inflação, pandemia, secas, temporais, granizo, neve, perda de rendimento da PAC em relação aos da PAC (2015 a 2022):
- Criar um plano de gestão da água, que não tenha como fim promover a escassez e que tenha em conta além da rega para a actividade agrícola, o abeberamento animal e abastecimento público. Fomentar e facilitar a construção de barragens e charcas, permitindo assim aos agricultores gerirem a sua própria água. Simplificação do processo de autorização, execução e licenciamento de captações de água.
- Exigimos o aumento das ajudas à produção de culturas de cereal, de modo a diminuir a dependência da importação de grãos e palhas, fortalecendo assim, a nossa Soberania Alimentar e Economia.
- Aumento do provisionamento das reservas de cereal nacionais para 12 meses. Além de ser fundamental estrategicamente, impedirá futuras especulações em cenários de guerra ou catástrofe.
- Protecção e dinamização das raças autóctones de gado e das variedades autóctones de plantas que são base da Identidade, da qualidade, da unicidade e irrepetibilidade dos nossos produtos.
- Promover políticas sérias e não de cariz ideológico em colaboração com os agricultores, de protecção e combate à desertificação dos solos, que incluam bonificações pela utilização de matéria orgânica provenientes de explorações pecuárias.

- Proibir a produção, exportação, importação, comercialização, venda e consumo de carne artificial em Portugal.
- Repovoamento e preservação de espécies cinegéticas autóctones em risco de extinção como o coelho bravo, perdiz, cotovia, com a ajuda de caçadores e proprietários.
- Créditos de carbono. As explorações agrícolas são de um modo geral, os locais de absorção efectiva de carbono pelo que devem ser elas as beneficiárias dos proveitos obtidos com os créditos de carbono vendidos às indústrias poluidoras.
- Inclusão da agricultura regenerativa nas medidas agroambientais, equiparando-a à Agricultura Biológica.
- Aumento do Apoio Redistributivo Complementar(ARC) de 20ha para 100ha.
- Reconhecimento da Apicultura, como actividade essencial à Agricultura.
- Criação de incentivos para a criação de fibras naturais de origem animal e vegetal. As fibras sintéticas da roupa são umas das maiores fontes de poluição do planeta, sendo as microfibras decorrentes da lavagem desta, uma das maiores ameaças para os sistemas ecológicos, fluviais e marítimos. Assim, urge incentivar a produção e uso das fibras naturais.

Burocracia

- Revisão de normativos referentes aos contratos de muito curta duração com o fim de agilizar a mão de obra sazonal directamente pelo agricultor.
- Permitir que estudantes, trabalhadores activos em férias, reformados, desempregados e outros beneficiários de apoios sociais possam trabalhar sazonalmente na actividade agrícola, sem perderem os apoios ou regalias a que têm direito quando termina o trabalho sazonal.
- Criar um novo plano mais ambicioso e possível de cumprir, do que o actual, para regularização de dívidas à Segurança Social e às Finanças.
- Eliminação da taxa SIRCA para todas as zonas a nível nacional.
- Criação de mecanismos simplificados de ajuda à aquisição de equipamentos para produção de energias renováveis e de máquinas e equipamentos agrícolas energeticamente mais eficazes, com vista à redução do consumo de combustíveis fósseis e consequente diminuição de pegada ecológica.
- Averiguação imediata do número de agricultores aos quais ainda não foi pago qualquer valor referente ao Pedido Único de 2023.
- O pagamento das compensações (já a partir de 2024) tem de ser realizado no máximo 3 meses após a submissão das candidaturas do Pedido Único(PU) de modo a ser pago antes das colheitas.

- Abertura de Linhas de Apoio devem ser avisadas obrigatoriamente pelo menos com 3 meses de antecedência e com as respectivas condições de modo a que TODOS possam preparar-se para uma candidatura e não apenas os que têm acesso a informação privilegiada.
- Os projectos devem ter uma aprovação prévia sem análise fina e só depois de aprovados na generalidade devem ser exigidos ao promotor orçamentos, licenças, etc, evitando assim, trabalho inútil tanto do promotor, como dos analistas.
- Fiscalização dos projectos rápida e simples, focada na obra realizada e não em aspectos simplesmente burocráticos em busca permanente de uma falha processual para adiar ou evitar o pagamento da ajuda em causa.
- Simplificação dos Cadernos de Campo que se coadunem com as características da vida de um agricultor.
- Facilitar o acesso ao crédito, melhorando as condições de empréstimo, nomeadamente para financiamento das operações, investimento em tecnologias eficientes ou resolução de desafios temporários, através da criação de uma VIA VERDE ao investimento.
- Seguro agrícola acessível e mais abrangente, de forma a compensar os agricultores dos prejuízos provocados pelo clima, pragas, doenças e/ou outras calamidades.
- Maior controlo e regulação das empresas de trabalho temporário, nomeadamente na certificação "GRASP- GLOBALG.A.P. Risk- Assesment on Social Practice" .
- Controlar a criação de constantes empresas certificadoras, utilizando antes os recursos governamentais para o efeito.
- Integração do ICNF no Ministério da Agricultura para melhor entrosamento das políticas a adoptar.
- Maior articulação entre os diferentes organismos necessários para a aprovação dos projectos agrícolas, para uma maior celeridade na resposta destes organismos. Adicionalmente, é completamente desprovido de razoabilidade a necessidade de pareceres destas entidades para investimentos básicos, como vedações, condutas de rega enterradas e outros similares que não alteram a terra e as suas ocupações culturais.
- A construção de obras de escassa relevância urbanística de uso exclusivamente agrícola (instalações de apoio, tais como centrais de rega, reservatórios de água, pontos de enchimento e, bacias de retenção, pequenos armazéns e hangares, abrigos para animais, instalações sanitárias etc...) dentro de parâmetros previamente definidos, deveriam estar sujeitas unicamente a comunicação prévia.
- Projectos simplificados com investimento até 50.000€
- Prioridade na aprovação para projectos apresentados por jovens agricultores nas zonas desfavorecidas com condicionantes especiais.

- Reactivação imediata das DRAPs, último pólo de ligação do Estado com a agricultura, sobretudo no interior. À distância, os agricultores e as suas explorações, serão apenas números e áreas, perdendo-se assim, o conhecimento das realidades locais.
- Controlos feitos nas explorações pelas DRAPs e empresas contratadas para o efeito (SGS) sejam efectuados no sentido construtivo de ajuda ao agricultor e não com o intuito de penalizar o mesmo. Actualmente o agricultor sente os controlos como uma ameaça e não como uma ajuda.
- Criação do "Balcão do Agricultor" em cada Concelho ou agrupamentos de Concelhos como elemento de ligação entre o Ministério da Agricultura e os agricultores.
- Conhecimento atempado dos apoios às culturas temporárias (antes da sementeira).
- Corrigir a situação ligada à importação de tractores e outro tipo de alfaias usadas cuja legalização é inaceitavelmente morosa, com prazos que podem exceder os 3 anos, por falta de meios humanos e técnicos do Estado.
- Possibilidade de fazer Seguro de Colheitas individual ligado ao IFAP em que o próprio agricultor recebe o apoio e faz na seguradora que escolher e não apenas na Rural Seguros.
- Pagamento dos prejuízos com data limite de 60 dias subsequentes à data da assinatura do acordo dos mesmos.
- Dar possibilidade ao agricultor de escolher o risco sobre o qual quer colocar o seguro. Com a conseqüente redução do valor do prémio.
- Revisão anual do parcelário em período pré-campanha e preferencialmente, antes da colocação de seguros e compensações.
- Simplificar a plataforma SILIAMB, nomeadamente o LUA.

Renegociação do pepac

- A renegociação do PEPAC deve ser sectorial para cada cultura e adaptada às especificidades de cada região.
- Passagem imediata da Agricultura Biológica para o 2º pilar sob pena de existirem cortes infundados e com a dotação financeira correspondente ao ano de 2023
- Exigimos o voto contra de Portugal e a clarificação imediata na UE da posição do nosso governo em relação ao acordo comercial Mercosul.
- Fiscalização apertada de empresas Europeias que cultivam produtos fora da Europa, mas que os vendem como sendo europeus.

- O consumidor é atraído pelo preço baixo, sendo-lhe omitido, o uso para a produção desse mesmo produto, de fitofármacos e medicamentos proibidos na UE. Não cumprem o normativo existente que salvaguarda a segurança alimentar de quem os consome.
- Repudiamos a abertura de portas por parte da UE a estes países, por se traduzir em concorrência desleal com efectivo prejuízo dos interesses e da segurança alimentar dos consumidores portugueses.
- Exigimos a criação de uma estrutura ou Comissão independente, séria e idónea que regule e supervisione o funcionamento dos mercados ligados à produção agrícola.
- Os agricultores não querem que as medidas de qualidade e segurança alimentar dos produtos europeus seja "aligeirada" pela UE, querem sim, é que não entrem produtos na Europa a baixo preço, cultivados sem regras de qualidade e segurança, oriundos de países que não respeitam o ambiente, o bem estar animal e que são produzidos por países que não respeitam os Direitos Humanos e promovem mão de obra escrava.
- Actualizar/ Rever Mapa de condicionantes ambientais.
- Rever o "Pacto Verde" Europeu
- Revisão das normas Ecoregimes, nomeadamente, inserção de modo de produção "Resíduo Zero" e compensá-lo a 750€/ha base.
- Convergência dos valores (Greening) dos direitos ou hectares legíveis a partir de 2026 para o nível dos valores da comunidade europeia. Até lá, aumentar o montante do pagamento redistributivo de 120€ por hectare para 200€ por hectare da ajuda do Greening.
- Apoio à instalação e melhoramento de pastagens naturais (Fixação de CO₂). Aumentar o apoio aos animais em extensivo em relação aos animais estabulados, promovendo o pastoreio.
- Actualização dos valores das ajudas tendo em conta a forte inflação registada.

Pela Agricultura, pelo o futuro dos nossos filhos, por Portugal!

Movimento Cívico de Agricultores

N.A. Este texto é escrito em Português de Portugueses não em AO90.